



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Thiago André Pierobom de Ávila

Unidade: Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED

Período: 2º semestre/2014

Metas estipuladas para o período

- Formalizar parceria com o IESB para viabilizar o atendimento psicológico e a assistência jurídica das vítimas de racismo e injúria discriminatória encaminhadas pelo NED.
- Promover ações afirmativas no combate à discriminação em razão da orientação sexual por meio da realização de audiência pública.
- Promover programa de formação continuada por meio da ESMPU com o objetivo de debater os aspectos históricos, jurídicos e sociais das diversas formas de discriminação.
- Aprimorar a formação de policias militares do Distrito Federal no enfrentamento aos crimes de racismo e na temática dos direitos humanos.

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados

Recomendações expedidas

19/09 – Recomendação nº 4/2014-CNDH expedida aos dirigentes de Centros Comerciais do Distrito Federal para que se abstenham de praticar qualquer forma de discriminação contra pessoas transexuais em Centros Comerciais, especialmente não vedem a utilização de banheiros femininos a tais pessoas, bem como para que deem capacitação aos seus agentes de segurança, a fim de que a

¹ Art. 27.....

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

- I - ações ajuizadas;
- II - termos de ajustamento de conduta firmados;
- III - recomendações expedidas;
- IV - reuniões realizadas;
- V - procedimentos instaurados e
- VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

abordagem às pessoas LGBT seja feita de forma respeitosa, sem qualquer exposição a constrangimentos ou humilhações.

21/11 – Recomendação Conjunta nº 2/2014-CNDH/PJM expedida ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal para que este avalie a conveniência de fazer constar no protocolo de atuação da PMDF uma série de diretrizes para o enfrentamento aos crimes raciais.

Reuniões e cursos realizados

30/07 – Reunião com a consultora do Prêmio Inovare para apresentação do Projeto Oxalá.

05/08 – Reunião com o Gerente-Geral das Lojas Zara em Brasília, a fim de repassar orientações quanto aos fatos constantes no PA n. 08190.243559/13-04.

08/08 – Curso de capacitação ministrado aos atendentes do Disque Racismo.

10/09 – Reunião com o Deputado Distrital Cláudio Abrantes para tratar do tema intolerância religiosa.

12/09 – Reunião com o representante da Associação de Etnia Cigana.

15/09 – Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP.

16/09 – Participação em audiência pública sobre cotas raciais, realizada pelo CNMP.

17/09 – Reunião com a PDDC sobre população em situação de rua.

18 a 19/09 – Participação no “Encontro Nacional: Em Defesa do Estado Laico”, promovido pelo CNMP.

25 a 26/09 – Participação no IV Encontro Nacional de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial, promovido pelo CNMP.

06/10 – Reunião com a Polícia Militar para tratar do projeto “Educação para Direitos Humanos”.

08 a 10/10 – Curso ministrado no Ministério Público do Estado de Sergipe sobre o tema controle externo da atividade policial.

14 a 17/10 – Realização do curso “Enfrentamento às Discriminações”, promovido pelo NED em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, com o objetivo de debater os aspectos históricos, jurídicos e sociais das diversas formas de discriminação.

16/10 – Reunião com a Polícia Militar para tratar do projeto “Educação para Direitos Humanos”.

22/10 – Palestra ministrada no curso de formação da Polícia Militar.

29/10 – Reunião com a Polícia Militar para tratar do projeto “Educação para Direitos Humanos”.

30/10 – Encontro temático com os promotores de justiça de diversas áreas sobre população em situação de rua.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

31/10 – Realização de Audiência Pública sobre Enfrentamento às Discriminações LGBT.

03/11 – Reunião com a Polícia Militar para tratar do projeto “Educação para Direitos Humanos”.

03/11 – Palestra ministrada na Universidade de Brasília sobre racismo.

04/11 – Palestra ministrada aos instrutores do curso de formação da Polícia Militar.

05 a 06/11 – Participação no II Encontro Nacional do Ministério Público e Movimentos Sociais, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP.

06 a 07/11 – Curso CEAP.

19/11 – Reunião com a Polícia Militar para tratar do projeto “Educação para Direitos Humanos”.

04/12 – Palestra ministrada para a Polícia Militar no âmbito do projeto “Educação para Direitos Humanos”.

Principais procedimentos instaurados

19/08 – Instauração do Procedimento Administrativo nº 08190.175960/14-87 para acompanhar a implementação dos enunciados produzidos na oficina de trabalho sobre a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos da população em situação de rua.

12/09 – Instauração do Procedimento Administrativo nº 08190.175971/14-01 para acompanhar a situação do acampamento cigano situado em Santa Maria.

22/09 – Instauração do Procedimento Administrativo nº 08190.175978/14-42 para apurar denúncia de discriminação contra pessoas transexuais em Centros Comerciais.

30/09 – Instauração do Procedimento Administrativo nº 08190.175982/14-10 para apurar denúncia de lesbofobia.

Principais ações ajuizadas

Autos n. 2014.01.1.008318-0 (DENÚNCIA)

Trata-se de feito judicial onde apurou-se a prática do crime de injúria racial em desfavor de uma babá em um condomínio localizado na Asa Sul/DF. Foi oferecida denúncia em outubro de 2014, a denúncia foi recebida e o réu foi citado para apresentação de resposta à acusação.

Ref. Autos n. 2014.07.1.026969-5 (DENÚNCIA)

Trata-se de feito judicial onde apurou-se a prática do crime de injúria racial, ameaça e vias de fato em desfavor do porteiro de um condomínio em Taguatinga/DF.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Foi oferecida denúncia em outubro de 2014, a denúncia foi recebida e o réu foi citado para apresentação de resposta à acusação.

Ref. Autos n. 2011.07.1.021516-2 (ALEGAÇÕES FINAIS)

Apelante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Trata-se de feito judicial onde apurou-se a prática de injúria racial praticada no interior do mercado Base Atacadista em Águas Claras/DF.

Foi oferecida denúncia, realizada a instrução e apresentadas alegações finais, após o que foi proferida sentença condenatória, cuja pena restritiva de liberdade foi substituída por restritiva de direitos, bem como o pagamento de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de reparação por danos morais.

Outros atos reputados relevantes

- Implementação do projeto Oxalá de combate ao racismo, que trabalha em três linhas: prevenção, atenção à vítima e intervenção criminal efetiva e ressocializadora. No âmbito do projeto, o NED/CNDH trabalha a realização de campanhas educativas institucionais, o fortalecimento dos canais institucionais de informação e denúncia, a celebração de parcerias com a Defensoria Pública do DF e o Núcleo de Prática Forense do Instituto de Educação Superior de Brasília para acompanhamento jurídico e psicossocial das vítimas, bem como com a Universidade de Brasília – UnB para realização de curso de conscientização sobre igualdade racial aos réus de processos de racismo e injúria racial.
- Realização da segunda edição do curso “Conscientização sobre racismo e preconceito racial”, parceria entre o MPDFT, a UnB e a SEPIR/DF. O curso, ministrado pela Prof.^a Dra. Cordélia Oliveira da Silva nos dias 19 e 26 de novembro, contou com a presença de nove pessoas em cumprimento de suspensão condicional do processo.
- Implementação do projeto “Educação para Direitos Humanos”, que objetiva aprimorar a formação de policias militares no enfrentamento aos crimes de racismo e na temática dos direitos humanos, por meio da criação de protocolo de operação para os policiais e da revisão dos conteúdos da academia de Polícia Militar.
- Entrevistas concedidas à emissoras de rádio e televisão sobre racismo, homofobia e população em situação de rua.